



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

152

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 196356-0

ÓRGÃO JULGADOR: Terceira Câmara Criminal

COMARCA: Agrestina – Vara Única

APELANTE: Waldemir Araújo de Lira

APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco

RELATORA: Des^a. Alderita Ramos de Oliveira

EMENTA:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO. HOMICÍDIO CULPOSO NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR. CULPA NO ACIDENTE EXCLUSIVA DA VÍTIMA FATAL. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PERÍCIA TÉCNICA NO LOCAL DO FATO. IRRELEVÂNCIA. DECISÃO CONTRÁRIA ÀS PROVAS DOS AUTOS. INEXISTÊNCIA.

I – Vigê, no Direito processual, o princípio do livre convencimento, segundo o qual, o Juiz forma a sua convicção pela livre apreciação da prova, ex vi do disposto no art. 157, do CPP, do qual decorre que, em direito, inexistê hierarquia entre quaisquer meios de prova.

II - A tese da defesa, atribuindo a responsabilidade do fato unicamente à imprudência da vítima fatal não pode prosperar, haja vista que o acusado desenvolvia velocidade incompatível para o local do acidente, perdendo o controle do veículo e atingindo a vítima.

III - Não merece reforma, e conseqüente absolvição do réu, sentença que o condenou em harmonia com as provas carreadas aos autos.

IV – Sendo a previsibilidade o fundamento último da culpa, e estando o fato imputado ao agente nos limites do previsível, impõe-se a sua responsabilização.

V - Apelação improvida. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 196356-0**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

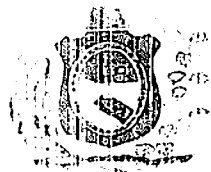
153

de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 09 de Fevereiro de 2010.


Presidente


Des^a. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora



154

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 196356-0

ÓRGÃO JULGADOR: Terceira Câmara Criminal
COMARCA: Agrestina - Vara Única
APELANTE: Waldemir Araújo de Lira
APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATORA: Des^a. Alderita Ramos de Oliveira

RELATÓRIO

Waldemir Araújo de Lira foi denunciado (fls. 02/03) como incurso nas sanções do art. 302¹, parágrafo único, inciso III, da Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro).

Narra a acusatória que na madrugada do dia 27/02/2000, por volta de 01:30 horas, na Rodovia Estadual PE 120, na localidade denominada Sítio Variante, mais precisamente em frente à fazenda Santa Quitéria, no município de Agrestina, o denunciado dirigia um automóvel de forma imprudente, vindo a atropelar Fernando Barbosa da Silva Filho, que conduzia uma motocicleta no mesmo sentido do denunciado, causando-lhe a morte, após o que foragiu-se do local sem prestar socorro à vítima.

Consta, ainda, que a vítima realizava serviço de mototáxi e após conduzir um passageiro para o município de Agrestina, ao retornar para a cidade de Caruaru, um dos pneus da motocicleta baixou, pelo que passou a empurrar o veículo pelo acostamento, à procura de um borracheiro, ocasião em que foi colhido pelo denunciado, o qual desenvolvia alta velocidade, incompatível para o local e hora do fato, embora o acidente tenha ocorrido numa reta e a visibilidade estivesse boa.

Momentos antes do fato o denunciado fora visto conduzindo o veículo de forma imprudente, fazendo manobras que punham em perigo a vida das pessoas, pois segundo a testemunha Marcos Ananias, o veículo "tirava fino no povo".

Concluída a instrução criminal, o acusado foi condenado nas sanções do art. 302, inciso III, da Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro), à pena de 02 (dois) anos e 08 (oito) meses de detenção, a ser cumprida em regime aberto (art. 33, § 2º, "c", do CP), e a suspensão da habilitação para dirigir veículo em 06 (seis) meses. Ante o disposto no art. 44, do CPB, foi substituída a pena privativa de liberdade por duas penas restritivas de direito, nas modalidades prestação de serviços à comunidade, a ser determinada pelo Juízo das Execuções Penais onde

¹ Art. 302. Praticar homicídio culposo na direção de veículo automotor
Penas - detenção, de dois a quatro anos, e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor
III - deixar de prestar socorro, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à vítima do acidente.
JR/GDAR/AC 196356-0



155

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

reside o réu, e em prestação pecuniária consistente no pagamento de 02 (dois) salários mínimos, conforme sentença de fls. 230/237.

Inconformado, o réu apelou (fls. 242) e, em sucessivo, ofereceu razões recursais (fls. 249/257), pretendendo a sua absolvição, alegando que a prova produzida demonstra que a culpa no acidente foi exclusiva da vítima e que não existe prova idônea de que o mesmo agiu com imprudência, sendo as provas insuficientes para a condenação (art. 386, VI, do CPP).


O Representante do Parquet do 1º grau ofereceu contrarrazões à apelação (fls. 270/277), rechaçando as alegações ali contidas, pugnando pelo improvimento do recurso.

Nesta instância, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. Antonio Carlos de Oliveira Cavalcanti, às fls. 288/291, ofereceu parecer opinando pelo improvimento do recurso.

Está feito o relatório.

À pauta.

Recife, 11 de dezembro de 2009.


Desª Alderita Ramos de Oliveira - Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

156

27

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 196356-0

ÓRGÃO JULGADOR: Terceira Câmara Criminal

COMARCA: Agrestina - Vara Única

APELANTE: Waldemir Araújo de Lira

APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco

RELATORA: Des^a. Alderita Ramos de Oliveira

VOTO - MÉRITO

Cuida-se de processo-crime onde o apelante pugna por absolvição, alegando que a prova produzida demonstra que a culpa no acidente foi exclusiva da vítima e que não existe prova idônea de que o mesmo agiu com imprudência, sendo as provas insuficientes para a condenação (art. 386, VI, do CPP).

Aduz, o apelante, que não houve testemunhas visuais do acidente, como também ausente prova pericial no local do fato, não havendo como se ter um juízo de certeza quanto à sua culpabilidade no referido evento. No caso em análise, não se pode condenar um cidadão sem haver provas de o mesmo ter agido com imprudência no referido acidente. Entretanto, o decreto condenatório fixou pilares no frágil terreno arenoso do imaginário e da suposição.

A materialidade do delito encontra-se comprovada através da perícia tanatoscópica (fls. 10/10v), e da ilustração fotográfica (fls. 28/32).

Vige, no Direito Processual, o princípio do livre convencimento, segundo o qual, o Juiz forma a sua convicção pela livre apreciação da prova, *ex vi* do disposto no art. 157, do CPP, do qual decorre que, em direito, inexistente hierarquia entre quaisquer meios de prova.

Assim, inexistindo hierarquia de provas não há como sustentar que um juízo de valor seguro para a condenação se daria através da perícia no local do fato, não se olvidando, ainda, que o douto magistrado *a quo* utilizou-se de um conjunto probatório suficiente para formar o seu convencimento, o qual respaldou o decreto condenatório do apelante, sendo, portanto, plenamente válido.

De outra parte, a ausência da perícia técnica pode ser suprida pela prova testemunhal, como determinado no art. 167, do CPP,

verbis:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

157

Art. 167 - Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.

Socorre-nos, a propósito, precedente do Supremo Tribunal Federal, que colaciono:

STF: "O Art. 158 do CPP exige exame de corpo de delito direto ou indireto quando a infração deixar vestígio; mas o Art. 167 lhe contempera o rigor, dizendo que, quando não for possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir a falta. Precedentes do STF (RTJ 81/110)".

A autoria irrogada ao denunciado resultou evidenciada nos presentes autos, ante a confissão do acusado no inquérito (fls. 13/14) e durante a instrução (fls. 55), embora negue todas as circunstâncias em que se deu o acidente, e pelos depoimentos das testemunhas ouvidas na fase inquisitorial e em juízo.

Note-se que os depoimentos do acusado se apresentaram confusos, tendentes a falsear a verdade.. Ao ser inquirido na fase inquisitorial (fls. 13/14), afirmou "(...) que no dia e hora do fato que versam os presentes autos, ou seja, no dia 27.02.2000, por volta das 00:30 (meia noite e meia) aproximadamente trafegava pela rodovia estadual PE/120, dirigindo o veículo supra declinado, no sentido Palmares-Caruaru, desenvolvendo aproximadamente 80 KM; que o interrogado já retornava para sua residência procedente da cidade de Palmares onde participara de uma reunião de trabalho junto a empresa onde trabalha na cidade de Caruaru - a Cia. Cervejaria SCHINCARIOL, e que teve a sua visão prejudicada visto que neblinava na ocasião e a visibilidade não era boa; eis que de repente, num aclave, se encontrando numa reta, surgiu uma moto no mesmo sentido de direção com os faróis apagados; que vinha a vítima praticamente no meio da pista empurrando a referida moto; (...); que o interrogado puxou o veículo para o lado esquerdo tentando desviar da moto, porém, não conseguiu evitar que a lateral direita do veículo que conduzia colidisse (...); que ainda reduziu o carro com a intenção de prestar socorro, todavia, ao parar o veículo no acostamento, ouviu quando uma voz dissera o seguinte: "para seu safado"; que diante dessa ameaça e pelo fato de se encontrar sozinho e desarmado não correu o risco temendo pela sua integridade física e até a própria vida, quando arrancou com o veículo completando a viagem até a sua residência na cidade de Caruaru (...); (...)"

Em juízo (fls. 55), afirmou que "(...) que por volta de zero hora e trinta minutos, ele interrogado visualizou uma motocicleta na rodovia; que a motocicleta se encontrava no eixo da rodovia, com os faróis apagados, sendo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

158

empurrada; que o motoqueiro a empurrava, se posicionando do lado direito; que não se trata de uma reta o local onde se deu o acidente, mas de uma região acidentada, havendo um active no local da ocorrência; que quando visualizou a moto, já estava há cinco metros do veículo; que procurou evitar a moto, mas atingiu a ferragem do dito veículo; que a vítima fatal se encontrava do lado contrário onde ocorreu o choque com a moto; (...); que depois que bateu na moto da vítima, procurou estacionar na frente, mas ouviu a voz de uma pessoa gritar: "pare, seu safado", o que motivou o interrogado a se evadir do local; que não chegou a ver a pessoa que lhe dirigiu essas palavras; (...) que vinha desenvolvendo oitenta quilômetros, quando ocorreu o acidente; (...)"

A esse respeito, trago à colação trecho das alegações derradeiras (fls. 214/218) do Ministério Público do 1º grau, verbis:

"(...) A priori, para embasar o PEDIDO DE CONDENAÇÃO que já se deslinda, há de se destacar três pontos importantes e irrefutáveis da prova posta aos autos, sopesados às declarações do acusado, o qual tenta de si refutar a culpa, lançando-a na desditosa vítima como única responsável pela própria morte.

Veja-se, pois:

- Faz assentar o Denunciado em seu interrogatório prestado (...), que a vítima quando por ocasião do atropelamento vinha no centro da pista e no mesmo sentido de rolamento;

É improvável sustentar-se tal fato, pois alguém em sã consciência e com problemas mecânicos jamais se utilizaria do centro da pista de rolamento para conduzir veículo. Inteligente e intuitivamente se prefere o acostamento.

- Que vinha desenvolvendo baixa velocidade, visto que não se tratava de uma reta;

São uníssonas as testemunhas em declinar que o local do acidente se tratava de uma reta e as ilustrações fotográficas, fls. 28/30, são por demais esclarecedoras para demonstrar o estado em que restou o veículo após colisão, incompatível, portanto, com baixa velocidade.

- Que não tentou proceder com o socorro da vítima posto ter ouvido uma voz dizendo "pare seu safado" (sic);

Também pouco provável tal alegação, pois, tratando-se de Zona Rural e com poucas residências em volta e sendo já tarde da noite, poucas ou nenhuma são as pessoas que por ali circulavam, ademais, não consta dos depoimentos testemunhais, mormente das que procederam com o socorro da vítima, relatos de populares no local do fato quando estas ali chegaram. Assim, não houve qualquer óbice para que o acusado viesse a proceder com o socorro da vítima, configurando desse modo, o tipo penal descrito pela denúncia. (...)"



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

159

Corroborando este pensamento, trago à colação as contra-razões de apelação (fls. 275/276) do Ministério Público do 1º grau, verbis:

"(...) Com relação aos depoimentos do acusado, podemos vislumbrar primeiro que seria muito improvável que uma pessoa, tendo problemas (seja mecânico ou falta de combustível), se utilizasse do centro de uma BR para conduzir tal veículo. No que se refere à velocidade desenvolvida, constata-se que oitenta quilômetros por hora não é uma velocidade adequada para se passar por uma lombada, pelo que se extrai do depoimento da testemunha José Eurico da Silva (...). E por último, porém não menos importante, vale ainda ressaltar que o acidente se deu em Zona Rural e por volta das 01:30 horas, sendo, portanto, uma região pouco habitada durante o dia e muito menos habitada em altas horas da madrugada quando ocorreu o acidente, o que torna improvável as alegações do acusado de que não teria parado para prestar socorro à vítima por ter sido "ameaçado". (...)".

A testemunha Marcos Ananias Cordeiro de Melo, na fase inquisitorial (fls. 19/19v), afirmou:

"(...) que ele depoente em data de 27/02/2000, por volta das 01:30 horas, aproximadamente, retornava a esta cidade de Agrestina-PE, em seu veículo Gol (...), trafegando pela rodovia estadual PE/120, acompanhado por sua esposa e o seu amigo Eurico fotógrafo, quando retornavam de um evento festivo no Sítio Barra do Riachão, quando ao passar na altura do Sítio Variante, deste município, eis que deparou-se com uma moto estacionada na banquetta, tombada na banquetta e um corpo do sexo masculino, caído aproximadamente uns dez metros da moto, e dois capacetes encontrados ao lado do referido corpo; que de logo, o depoente observou que se tratava de um atropelamento, que a esposa do depoente verificou que aquela vítima ainda estava com vida, pois, respirava com muita dificuldade em razão da gravidade dos ferimentos; que naquele local passava vários veículos procedente da referida festa, e que naquela oportunidade uma Belina, cor verde, conduzida por um cidadão conhecido nesta cidade pelo apelido de "Padre", efetivou o socorro da vítima colocando a mesma em seu veículo e o levou ao hospital Regional do Agreste em Caruaru (PE) e posteriormente o depoente tomou conhecimento através da pessoa de "Eurico" que a vítima veio a falecer antes mesmo de receber os socorros médicos; (...); que conforme vestígios deixados no local, pedaços de lataria do citado veículo envolvido no acidente, deixava transparecer que o carro era de cor verde-folha e que anteriormente havia passado pelo meio da festa distante mais ou menos quatro quilômetros do local do acidente; este citado veículo passou com elementos tirando fino no povo e a cor do referido veículo supracitado coincidia com os vestígios encontrados no local do atropelamento; (...)".



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

160

Em julho (fls. 106/107), Marcos Ananias Cordeiro de Melo ratificou o seu depoimento prestado no inquérito, asseverando "(...) que o acidente ocorreu em uma reta e que não estava chovendo; (...)".

José Eurico da Silva, perante a autoridade policial (fls. 20/20v), esclareceu:

"(...) que ele depoente em data pretérita de 27 de fevereiro do ano fluente, pelas 01:30 horas, aproximadamente, se encontrava nos festejos populares no Sítio Barra do Riachão, deste município, quando ao retornar a esta cidade no veículo conduzido pelo agt. de polícia Marcos Ananias (...), eis que, nas proximidades da Fazenda Santa Quitéria, localizado no Sítio Variante, neste município, trafegando pela rodovia estadual PE-120, depararam-se com uma moto tombada do lado direito da estrada, quase dentro do mato próxima à banqueta e mais adiante a uns quinze metros de distância da moto se encontrava um corpo de um homem, junto a dois capacetes, com todas as características de atropelamento; que no momento do fato começou a chegar veículos e de logo prestaram socorro aquela vítima ao Hospital Regional do Agreste, vindo o depoente a saber posteriormente que o mesmo viera a falecer no caminho; (...); esclarecendo o depoente que o tempo estava bom e a visibilidade da estrada era boa; que conhece bem o local onde o fato ocorreu, sendo certo que o atropelamento se verificou numa reta, porém, numa subida; (...)".

Ao ser interrogado perante a autoridade judiciária (fls. 107), José Eurico da Silva ratificou o seu depoimento prestado no inquérito, asseverando "(...) que não estava chovendo no dia do fato; (...)".

Givanildo Lima de Barros, conhecido por "Padre", no inquérito (fls. 21), asseverou:

"(...) quando trafegava pela rodovia PE-120, nas proximidades do Sítio Variante, neste município, deparou-se com um acidente de trânsito, onde no local já se encontrava o agt. de polícia Marcos Ananias que trafegava logo à sua frente em seu veículo Gol e solicitou do depoente que fizesse o socorro da vítima que se encontrava caída a uns quinze metros de distância de uma moto tombada do lado direito da estrada, onde também se encontrava dois capacetes e a vítima apresentava, pelos ferimentos, todas as características de atropelamento; que a vítima ainda se encontrava com vida e de imediato colocou a mesma em seu veículo e arrancou imediatamente para Caruaru, onde no HRA, o médico de plantão ao verificar os sinais vitais da vítima, constatou que o mesmo já estaria morto em decorrência, segundo o mesmo, ter quebrado o pescoço; (...); que o tempo estava bom e a visibilidade da estrada era boa e o acidente ocorreu numa reta, porém, numa subida; (...)".



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

161

Sobre os depoimentos das testemunhas da acusação na fase inquisitorial e em juízo, transcrevo trecho do parecer ministerial do douto Procurador de Justiça (fls. 288/291), verbis:

"(...) Como se vê, tais declarações sepultam, por completo, a tese da defesa, de que o acidente se deu numa região acidentada e de que só viu a vítima 05 metros antes do atropelamento e se não fosse a imprudência da vítima o fato não teria acontecido. Em tendo o acidente acontecido numa reta e numa noite com boa visibilidade, isto é, sem chuva, óbvio está que a visibilidade do acusado era perfeita, tendo ampla visão do que se passava à sua frente, dando para enxergar qualquer coisa a, no mínimo, uns 200 metros de distância, quando então poderia ter feito qualquer manobra para evitar o acidente. Ora, não tendo o acusado enxergado a vítima empurrando sua moto, à distância, já que tinha excelente visibilidade, mesmo que esta caminhasse pelo eixo central da rodovia, só se tem uma resposta para o caso: O acusado dirigia em alta velocidade ou, no mínimo, com velocidade incompatível para o local, ou, senão, fazendo uma ilação óbvia, dirigia após ter ingerido bebida alcoólica, ou qualquer outra substância que diminuísse seus reflexos. Porquanto, se estivesse dirigindo com a devida atenção, certamente teria visto a inditosa vítima e, via de consequência, teria reduzido a velocidade do veículo e, após acionar a seta de alerta, desviado para a direita ou para a esquerda, evitando, deste modo, a tragédia que causou. Está claro, portanto, que o acusado agiu com imprudência e falta de cautela. Donde se conclui que o evento aconteceu por sua indiscutível culpa, ante a sua negligência e imprudência ao dever de cuidado, deixou acontecer um previsível e evitável acidente, que culminou com a morte de uma pessoa. O certo é que o acusado nada fez para evitar o acidente, sequer acionou os freios. Como se vê, a versão do apelante não é crível, pois se encontra insulada nos autos. (...)".

As declarações das testemunhas perante a autoridade policial e em juízo comprovam, de fato, que o apelante agiu culposamente no delito a si imputado, visto que se encontram harmônicas e consentâneas com o que foi produzido na instrução criminal, mostrando-se improcedente a alegação de inexistência de motivos autorizadores para a sua condenação.

Bem de ver, também, que a tese da defesa, certamente com a intenção de negar a culpa do acusado no acidente, atribuindo a responsabilidade do fato unicamente à vítima fatal, pelo fato de estar supostamente na pista com uma motocicleta com os faróis apagados, não pode prosperar, haja vista que o acusado desenvolvia velocidade incompatível para o local do acidente, perdendo o controle do veículo e atingindo a vítima, a qual veio a falecer durante o trajeto ao Hospital Regional do Agreste.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

162

Além do que, mesmo sendo admissível a conduta imprudente da vítima, o que, *in casu*, incorreu, tal circunstância não exclui o reconhecimento da imprudência com que se houve o acusado na direção do veículo automotor, vez que não há compensação de culpas no Direito Penal. Neste sentido:

"A culpa concorrente da vítima não exclui nem atenua a do condutor do veículo que a atropela, máximo quando não forem tomadas as cautelas impostas pelo Código de Trânsito" (RF 190/339).

"Em se tratando de acidente de trânsito, o fato da vítima ter concorrido para a ocorrência do evento não exclui a responsabilidade do agente, pois no Direito Penal não há a compensação de culpas" (TACRSP - RJDTACRIM 21/109).

Por outro lado, as testemunhas arroladas pela defesa (fls. 170/172) não trazem aos autos qualquer fato ou circunstância essencial ao deslinde da controvérsia em comento, visto que não presenciaram os fatos narrados na denúncia, sendo sintomática a repetição da narrativa das mesmas de que o acusado retornava de uma reunião festiva ocorrida na cidade de Palmares/PE e que após um aclave na pista foi surpreendido pela vítima que empurrava uma moto com o pneu furado no meio da pista.

Como observado pelo Representante do Parquet do 1º Grau, nas suas contrarrazões de apelação (fls. 274/275), "As testemunhas arroladas pela defesa e devidamente ouvidas às fls. 170/172, quais sejam, Jucier Charles Maciel Galvão e Magno Santos Monteiro, talvez numa busca incessante de criar uma atmosfera probatória mais favorável ao acusado, foram enfáticas em suas afirmações de que no dia do acidente, o acusado estava voltando da cidade de Palmares, onde estava numa confraternização da empresa em que trabalhava, e que "estranhamente" em tais confraternizações não era servido nenhum tipo de bebida alcoólica. Ressalte-se, ainda em relação à confraternização, que a referida empresa trabalha no ramo de distribuição de cerveja e que, segundo o depoimento das referidas testemunhas, estas não participaram da confraternização".

Vê-se, pois, que o apelante produziu um resultado antijurídico não pretendido, embora previsível, de tal modo que podia, com a devida atenção, ter evitado, pois dirigia veículo automotor numa velocidade incompatível para o local do fato, restando configurada sua culpa na modalidade imprudência.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

163

Note-se, ainda, que a vítima foi socorrida por pessoas que passavam no local no momento do fato, sendo encaminhada ao hospital, ocasião em que chegou sem vida.

Os elementos probantes dos autos indicam, à toda evidência, que o réu, logo após o acidente, evadiu-se do local do fato sem prestar socorro à vítima, circunstância que demonstra, nesse particular, a causa de aumento da pena prevista no art. 302, § único, inciso III, do Código de Trânsito.

Conforme bem fundamentado pela magistrada sentenciante (fls. 234/235) *"A alegação do acusado – de que se afastou do local com medo de represálias e por ter supostamente ouvido uma pessoa dizer "pare, seu safado" é despicienda, não merecendo crédito. Porque o acusado em seu depoimento disse que logo após o acidente foi para casa e que não ficou sabendo o destino da vítima, que o acidente se deu no sábado, e que o réu só veio, a saber, que a vítima morreu somente no domingo.*


Então se vê cabalmente que o réu teve tempo mais que suficiente para num gesto de caridade como, por exemplo, ter usado o telefone para no mínimo acionar o socorro para aquele cidadão que foi deixado à própria sorte no local do atropelamento.

Assim, é forçoso acatar essa causa de aumento de pena pedido pelo Parquet, pois, Waldemir demonstrou falta de solidariedade com relação à vítima, tentando fugir do local".

Fácil é perceber a impossibilidade da absolvição vindicada pelo apelante, visto que a espécie não se afeiçoa a qualquer das hipóteses elencadas no art. 386, do CPP, o que evidencia o acerto da sentença guerreada.

Ante o expendido, e em consonância com o parecer ministerial, nego provimento ao apelo.

Recife, 09 de Fevereiro de 2010.


Des^a. Alderita Ramos de Oliveira – Relatora